

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 023

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE MARÇO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE MARÇO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Comunicado:

COMUNICADO À MESA EXECUTIVA DA ALEP

Através da presente venho convidar Vossa Excelência e os senhores deputados desta Casa a partici-

par de Ato Público para aprovação de projeto que cria o Gabinete Especial dos Povos Indígenas na Assembléia Legislativa do Paraná, a realizar-se no dia 28 de março, terça-feira, no Plenarinho desta Casa, às 13h30min.

Esperando contar com a participação de Vossas Excelências, reitero protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) PÉRICLES MELLO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 358

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 683/97, item 07, em 2ª Discussão, de autoria do nobre deputado Joel Coimbra, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, formação de Comissão Especial, composta por 7 (sete) deputados, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda diligências junto aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, entre outros que entenderem necessários, com a finalidade de realizar levantamento comparativo do sistema de privatização das rodovias estaduais e da cobrança dos respectivos pedágios, em relação ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(aa) NELSON GARCIA, TONY GARCIA, AUGUSTINHO ZUCCHI, ELIO RUSCH, BASÍLIO ZANUSSO, ALGACI TULIO, DIVANIR BRAZ PALMA, EDNO GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, CARLOS SIMÕES, ADEMAR TRAIANO, MOYSÉS LEÔNIDAS, ANTONIO CARLOS BELINATI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES E LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO Nº 360

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Ivaldir Luiz Mocelin, ocorrido em 21 de março de 2000.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 362

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Braga, pelo falecimento da senhora Elena Tiemi Osugi Braga, ocorrido no dia 21 de março de 2000, no município de Colombo.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família do doutor Darci Martins Braga, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Presidente Faria, nº 997, Colônia Faria, CEP: 83.411-050 - Município de Colombo - Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 364

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar pelo falecimento de Alexandre Nono Vidal Schpatoff, ocorrido em 23 de março do corrente ano, à família enlutada, através da senhora Marina Solda, no seguinte endereço: Rua Manoel Eufrásio, 634, apto. 703, Ed. Myatã, Chácara Juvevê, Curitiba/PR.

Alexandre Vidal nasceu em 21 de março de 1972 e faleceu aos vinte e oito anos de idade. Filho de Marina Solda e George Schpatoff, Alexandre era o filho mais jovem de nove irmãos.

Começou a trabalhar aos quatorze anos, no gabinete do deputado Algaci Tulio. Em 10 de janeiro de 1992, foi admitido, por concurso público, na prefeitura do município de Curitiba.

O advogado Alexandre Vidal foi chefe de gabinete da Liderança do Governo na Assembléia Legislativa, quando era líder o deputado Algaci Tulio.

Em 1996, Alexandre Vidal passou a ocupar a função de assessor jurídico da vice-governadoria do Estado do Paraná.

Formado em Direito pela PUC/PR, iniciou sua breve mas brilhante carreira jurídica, era pessoa amada por todos, inteligente e amigo, deixará saudade entre todos aqueles que conviviam com ele.

Rogamos a Deus para que conforte a família enlutada neste momento difícil de suas vidas.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 371

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Eliza Vincentim Zampar, falecida no último dia 26 de março, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 372

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Maria Caldeira da Silva, falecida no último dia 26 de março, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 373

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Milton Garcia Oliveira, falecido no último dia 23 de março, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 374

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do jovem Hurran Nike Ribeiro, falecido no último dia 23 de março, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 375

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Benigna Maria dos Santos, falecida no último dia 22 de março, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 376

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Duvil Bonazzio, falecido no último dia 23 de março, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 379

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à família Marafon, com votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Marafon, do município de São Jorge D'Oeste - Paraná.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor José Marafon, deixou consternada a população de São Jorge D'Oeste. Há muitos anos residindo no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor José Marafon soube cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 389

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, à família enlutada de Alexandre Nono Vidal Schpatoff (Manoel Eufrásio, 634 - apartamento 702 Juvevê - Curitiba/Paraná), falecido em data de 24.03.2000, nesta capital.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 359

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos anais da presente sessão votos de congratulações e aplausos ao Clube Atlético Paranaense pela competente e brilhante classificação para a 2ª fase da Taça Libertadores da América.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Palmeira pela passagem de seus 181 anos de

emancipação política, no próximo dia 07 de abril de 2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Mussoline Mansani, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Rogério Geraldo Lima, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O município de Palmeira estará, no próximo dia 07 de abril de 2000 em festa comemorando mais um aniversário de sua emancipação política. Portanto, é justo que prestemos uma vez mais nossas homenagens de reconhecimento à população que sempre acreditou que é a união de forças que gera desenvolvimento, e continua com muita garra dando sua importante parcela de contribuição para o bem de todos.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício, para tanto, são requeridas daquele que a ela se entrega qualidades incomuns de coragem e abnegação aliados a uma inteligência esclarecida e conhecimento profundo dos problemas sociais e administrativos do município, como aconteceu e acontece com Palmeira para felicidade de seu povo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná parabeniza, através deste parlamentar, toda a população de Palmeira que acredita num futuro próspero para o seu município.

REQUERIMENTO Nº 363

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a COAMO (Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda), alusivo a inauguração de suas novas instalações no Terminal Portuário de Paranaguá, que realizar-se-á na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor presidente engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Fioravante João Ferri, 99, CEP. 87308-445, Campo Mourão - Paraná.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 368

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos anais da presente sessão um voto de congratulações a associação comercial, industrial e agropecuária de Medianeira pela posse da nova diretoria realizada em 24 de março.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 369

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado nos anais da presente sessão um voto de congratulações a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Quatro Pontes - ACIQUAP pela posse da nova diretoria realizada em 23 de março.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 387

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da presente sessão um voto de congratulações a OCEPAR, alusivo a eleição da diretoria para o triênio 2000/2003.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor João Paulo Koslovski, através de correspondência a ser encaminhada Avenida Cândido de Abreu, 501, CEP 80035-050, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 390

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao Telepaz o Telefone da Paz (Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 400 Curitiba), pela comemoração de seus 29 anos.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Telepaz o telefone da paz está comemorando 29 anos. São 29 anos transmitindo aos seus ouvintes mensagens de fé, de confiança em Deus, de esperança àqueles que para lá efetuam ligações. Vinte e nove anos transmitindo a certeza de que apesar de todos os desafios da vida, "quando estamos nas mãos de Deus nada temos a temer". Que por mais escuro que seja o nosso caminho, nunca estamos sós.

O Telepaz é, muitas vezes, a última esperança de muitos e torna-se o renascer para alguns. As mensagens de esperança e fé são o bálsamo de almas desesperadas que encontra-se na escuridão.

Pelo importante trabalho que vem realizando nestes 29 anos de existência, receba o Telepaz, através de seu diretor, pastor Wady Bechara, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 391

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao Colégio Novo Ateneu (Avenida Nossa Senhora Aparecida, 1468 - Curitiba), pela comemoração de seus 75 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Novo Ateneu está comemorando 75 anos de fundação.

O Ginásio Novo Ateneu foi fundado pelos professores Elysio de Oliveira Vianna, Rosala Garzuze, Milton Vianna, João de Oliveira Vianna e Anna de Oliveira Vianna. O ginásio sucedia o Colégio Vianna, fundado em 1897 pelo professor Elysio, um dos mais importantes nomes da história da educação paranaense. O ginásio foi transformado em Colégio Novo Ateneu em 1943 e integrado ao patrimônio da Associação de Ensino Novo Ateneu em 1944.

O colégio pertence à Associação de Ensino Novo Ateneu, mantenedora das Faculdades Curitiba e do Curso Preparatório NAV. É um colégio humanista com uma visão moderna.

Pela comemoração de seus 75 gloriosos anos, receba o Colégio Novo Ateneu, através de sua diretora senhora Ana Lúcia Schulhan, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 392

Senhor Presidente.

O deputado estadual que este firma, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER respeitosamente, depois da devida anuência do Plenário, o envio de votos de congratulações a nova Diretoria da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, para a gestão 2000/2001, que foi eleita e empossada no último dia 17 de março e que está assim composta:

presidente	Almir Gaspar - prefeito de Lindoeste
1º vice-presidente	Joacir Antonio Lazaretti - prefeito de Anahy
2º vice-presidente	Clovis João Bombarda - prefeito de Corbélia

Conselho Fiscal

Altair Zeniewicz	prefeito de Capitão Leônidas Marques
Nilvo Antônio Perlin	prefeito de Serranópolis do Iguaçu

Conselho Fiscal

Derli Antônio Donin	prefeito de Toledo
---------------------	--------------------

Conselho Suplente

Laci Deonísio Giehl	prefeito de Missal
Hercílio Orben	prefeito de Três Barras do Paraná
Roque Ferreira de Lima	prefeito de Ouro Verde do Oeste

A toda Diretoria eleita, com os augúrios de largo sucesso no mandato, aceitem as congratulações da Assembléia Legislativa do Paraná.

Caso aprovado o presente requerimento, é solicitado que seja dado ciência ao presidente eleito senhor Almir Gaspar à Rua Salgado Filho, 1882 - 2º andar CEP: 85801-310 - Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 370

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de parabéns aos diretores-proprietários do Jornal O Regional, senhor Ademir Brito dos Santos e senhora Zulmira dos Santos, pelos 25 anos do citado jornal.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Uma grande festa comemorou os 25 anos do Jornal O Regional do município de Assis Chateaubriand, dia 25 de março último no salão de festas Nossa Senhora do Carmo, no citado município. O evento homenageou deputados, ex-deputados, prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, presidentes de entidades assistenciais e empresários pioneiros que contribuíram com o desenvolvimento do município e da região.

Estavam presentes mais de 1000 pessoas, num evento de grande importância pela organização e pela justa homenagem.

Parabenizo aos diretores do jornal pela brilhante iniciativa e pela lembrança de todos aqueles que ajudaram a região e o município no seu crescimento e progresso.

REQUERIMENTO Nº 377

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao senhor Fernando Henrique Cardoso, presidente da República, ao

senhor Pratini de Moraes, ministro da Agricultura e do Abastecimento e ao senhor José Sarney Filho, ministro do Meio Ambiente, para que com a máxima urgência seja prorrogado o prazo para o pagamento da Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA, fixado como data limite de recolhimento o dia 31 de março, para o dia 31 de outubro que é a data do vencimento dos recibos bancários, sem ônus para os contribuintes além da referida taxa.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

É de máxima urgência a prorrogação do prazo para o recolhimento da Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA, pois de acordo com a Lei nº 9.960 de 28 de janeiro de 2000, este tributo deve ser recolhido até o dia 31 de março. Temos recebido várias manifestações com relação a referida Lei, pois os empresários e produtores não esperavam esta taxa neste momento em que passam por sérias dificuldades financeiras. Outro fator preocupante deve-se ao fato das dificuldades dos serviços do correio, pois muitos dos contribuintes não receberam os recibos de cobrança, para efetuarem o pagamento o que acarretará em multas e juros.

REQUERIMENTO Nº 378

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exceletíssimo senhor Heinz Herwig, secretário de Estado dos Transportes, solicitando cópia do acordo firmado entre o Governo Estadual e as empresas concessionárias sobre os valores das tarifas de pedágio que entraram em vigência na data de 27/03/2000.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em face do reajuste de 116% concedido pela Justiça às empresas concessionárias, solicito cópia do acordo firmado entre o Paraná e as empresas para que esta Casa tenha ciência dos fatos que pesarão no futuro sobre o erário público do Estado.

Assim sendo, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 381

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido do senhor Paulo Aparecido Rizzi, residente à Rua Theodoro Schneyder nº 241, ap.103, bloco 6, bairro Portão, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico referente a inscrição feita através do CPF 670.333.429-34, há 3 (três) anos atrás e ainda não instalado. Se necessário informações complementares,

recomendamos contato com o requerente pelo telefone 329-4058 (recados).

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 388

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à secretária de Estado da Educação, Alcyone Saliba, solicitando que seja tomada providência em relação ao Transporte Escolar.

Tal solicitação já foi feita através de minha pessoa, em forma de requerimento, à secretária de Estado da Educação, mas ainda não foi obtida nenhuma resposta.

As escolas, tanto estaduais como municipais passam por grandes dificuldades. Além de não existir salas de aula, informática e biblioteca, algumas classes estão super lotadas pelo excesso de alunos.

Mas um problema maior ainda continua sendo o Transporte Escolar. Citando um exemplo do que está ocorrendo no município de Valinhos, também conhecido como Gauraúna, 80% dos alunos vêm de sítios e fazendas e dependem dos dois ônibus para estudarem. Cada veículo faz uma região e os alunos reclamam que muitas vezes o ônibus quebra ou fica encalhado nas estradas. Os alunos afirmam que isso ocorre todos os meses, e eles são obrigados a voltar para casa a pé e sem ao menos assistir as aulas.

Com todos esses problemas, existe a possibilidade do aluno desistir e ficar em casa trabalhando com a família, sendo necessário a presença do professor ou diretor da escola, fazer visitas às famílias e convencê-las sobre a importância do estudo.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 380

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exce-lentíssimo senhor Pretextato Taborda, chefe da Casa Civil, solicitando informações sobre o valor das operações que o Banestado transferiu para o tesouro do estado, dentro da renegociação dos créditos junto ao Banco Central, e quais os tipos de empréstimos realizados, inclusive pessoa física e jurídica.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em relação ao montante e a gravidade que isto trará ao futuro das finanças do Paraná, é de fundamental interesse desta Casa e da sociedade paranaense que conheçamos a natureza desses créditos e onde, efetivamente, passaram-se a alojar.

O Banco está prestes a viver um processo de privatização e estas informações não podem ficar no conhecimento apenas de uma pequena parcela da população (autoridades), pois terão um peso muito grande no futuro deste Estado.

Para termos este processo esclarecido, não só este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 382

Senhor Presidente.

o deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente a Exce-lentíssima senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação, solicitando informações sobre o número de professores que fazem parte do RDT (Regime Diferenciado de Trabalho), bem como a relação dos participantes do regime.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as mudanças no critério de aposentadoria determinado pela nova legislação e para conhecermos a profundidade destas mudanças no quadro do magistério de nosso Estado, é que solicito tais informações.

Assim sendo, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 365

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário, REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no jornal Gazeta do Povo do dia 23 de março de 2000, intitulada de: "Água, Crise a ser Evitada", anexada ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 084/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de São Sebastião da Bela Vista de Manfrinópolis, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pequenos Agricultores de São Sebastião da Bela Vista, terá como objetivo fortalecer a organização econômica, social e política dos agricultores associados da associação Vida na Roça da comunidade de São Sebastião da Bela Vista, bem como, racionalizar as atividades agropecuárias, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização.

E também, garantir os direitos dos associados junto ao Poder Público, principalmente no atendimento as necessidades de educação, saúde, habitação, transportes comunicação e lazer.

PROJETO DE LEI Nº 085/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e à Infância, com sede no município de Planalto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 24 de junho de 1981, e presta atendimento a dezenas de pessoa carentes.

A APMI, se constitui na única alternativa para estas pessoas, em grande número famílias carentes ou de baixa renda, e que não dispõem de recursos para o custeio de suas necessidades básicas.

Pelos motivos acima expostos, e pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando a comunidade daquele município, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 086/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Departamento de Assistência e de Reintegração Social Evangélico de Londrina (Darsel), com sede e foro no município de Londrina, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública, o Departamento de Assistência e de Reintegração Social de Londrina (Darsel), com sede e foro no município de Londrina, Paraná, temos a certeza que o fizemos consciente da necessidade dessa entidade para com a comunidade, visto que é uma associação civil de natureza assistencial e filantrópica, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a libertar, promover, integrar e amparar crianças, adolescentes órfãos e adultos abandonados, dando-lhes albergue, prestando-lhes toda a assistência necessária visando recuperar pessoas escravizadas pelo vício de psicotrópicos, entorpecentes, bebidas alcoólicas ou outras drogas sendo a mesma inspirada nos princípios cristãos: solidariedade humana, essencialmente filantrópica, pretendendo recuperar pessoas viciadas em quaisquer substâncias químicas que causam dependência.

PROJETO DE LEI Nº 087/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade Pequena Missão Para Surdos, com sede e foro no município de Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública, a entidade Pequena Missão Para Surdos, com sede e foro no município de Londrina-PR, fazemos com a certeza da necessidade dessa entidade para com os deficientes auditivos, visto que é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem como objetivo promover o ensino e a pesquisa na área da Deficiência Auditiva, atender e amparar as crianças Deficientes Auditivas no seu mais alto grau de valorização intelectual, moral, físico e religioso.

PROJETO DE LEI Nº 088/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública O Ministério do Recanto Maranata, entidade civil de caráter cívico-religioso, beneficente, sem fins lucrativos para promover e integrar pessoas de qualquer raça, cor ou credo religioso, com sede e foro no município de Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.2000.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública o Ministério do Recanto Maranata, com sede e foro no município de Londrina-PR, o fazemos consciente da necessidade dessa entidade para com a comunidade, sendo a mesma inspirada nos princípios cristãos: solidariedade humana, essencialmente filantrópica, pretendendo recuperar jovens viciados em quaisquer substâncias químicas que causam dependência, e também a retirada de crianças da rua recebendo tudo que é necessário para fazê-lo cair em si, voltar-se para Deus e sentir-se numa nova vida, onde encontrará a segurança que precisa para a aplicação dos ensinamentos recebidos para sua recuperação ou reabilitação podendo ser integrado a sociedade e ao seio familiar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor presidente, senhores deputados. Aconteceu aquilo que eu, particularmente, supunha que o governo não teria coragem de permitir que acontecesse. A partir da zero hora de hoje os pedágios custam 116% mais caros nas rodovias paranaenses.

Durante um longo período tivemos oportunidade de fazer um estudo profundo sobre as tarifas e hoje podemos dizer em alto e bom tom que sabemos e temos em nossas mãos a verdade e a radiografia sobre o pedágio no Paraná.

A farsa que foi montada desde o início, o método utilizado para licitação impedindo que médias e pequenas empresas se consorciassem de forma autônoma, a farsa da tarifa definida pelo governo sem que aparecesse um estudo que a justificasse. Este estudo, é claro, é feito na calada da noite pelas próprias concessionárias que participam da licitação e o governo permite, num ato criminoso, esta é a palavra correta, que a proposta comercial das concessionárias seja embutida no contrato, dando razão de causa a elas em qualquer discussão futura.

Engenheiros contratados pelos deputados da Oposição nesta Casa fizeram uma análise dos dados das obras das rodovias, assinaram o laudo, e chegaram a conclusão de um superfaturamento em média dos investimentos das concessionárias do lote 5, particularmente da ordem de mais de 150%. Denunciamos tudo isso, denunciamos esta farsa, subimos dezenas de vezes a esta tribuna, juntamente com outros deputados, fomos às ruas, fomos ao movimento Brasil Caminhoneiro, fomos ao encontro feito pelo Cetcepar, onde falamos mais de meia hora e passamos o estudo técnico aos engenheiros e as nossas conclusões às lideranças das pessoas e das empre-

sas interessadas no transporte rodoviário de caminhoneiros e aos usuários das rodovias.

Fizemos tudo o que podíamos fazer, mas infelizmente esta Casa silenciou, porque não conseguimos as 18 assinaturas mínimas necessárias para fazer a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Conseguimos apenas 16 assinaturas. Esperávamos que ontem houvesse uma deliberação na convenção do PSDB sobre a assinatura dos seus deputados, mas só dois deputados do partido assinaram infelizmente ainda não temos as 18 assinaturas e hoje o governo adquire a coragem suficiente para concretizar finalmente esta fraude e este crime contra o povo humilde e contra os caminhoneiros que sofrem a própria vida nas estradas perigosas deste Paraná e deste Brasil.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, as Oposições entram esta semana ainda com uma ação na Justiça pedindo liminarmente que seja revogado o aumento das tarifas e a médio prazo a anulação dos contratos que é a única solução e a criminalização do governo do Paraná para assinar um contrato que é uma fraude verdadeira e que fere os interesses; é lesivo aos interesses do povo do Paraná.

Mas, os números que temos vamos divulgar aos quatro ventos. Não é possível que a população aceite, que as concessionárias tenham gasto, como dizem que gastaram, para justificar o aumento. Só o pagamento da folha de funcionários operacionais, ou seja, aqueles funcionários que cobram pedágios nas praças, os médicos, os enfermeiros, as ambulâncias, os motoristas dos guinchos, dos carros de fiscalização, os diretores e advogados, só com esse pessoal, não podemos aceitar, ninguém pode aceitar que elas tenham gasto, em dezoito meses, cento e sessenta e sete milhões de reais, vou repetir esse número para que fique na história do Paraná, esse número da vergonha do Estado, cento e sessenta e sete milhões de reais as concessionárias dizem que gastaram em dezoito meses apenas com folha de pagamento dos funcionários da operação das rodovias, excluindo, é claro, os funcionários que trabalharam nas obras das construções das praças e no restauro das rodovias e da ampliação.

Só na operação da rodovia, cento e sessenta e sete milhões! Eu já disse aqui, e repito, uma cidade como Ponta Grossa que tem trezentos mil habitantes, tem como orçamento anual noventa milhões de reais. Portanto, esses números são absurdos, agridem a inteligência de qualquer criança, sabem que são superfaturados cinco, seis, sete vezes do número real. Vamos continuar repetindo os números, os números do absurdo, as concessionárias dizem que gastaram para comprar os guinchos, as ambulâncias, os automóveis de fiscalização e os pequenos postos de atendimento, oitenta e dois milhões de reais em dezoito meses. E pasmem, senhores deputados, a Rodonorte disse que gastou em sete praças de pedágio a bagatela de trinta e quatro milhões de reais, custando cinco milhões cada praça, e nos investimentos dizem que gastaram cento e oitenta e sete milhões de reais, e sobre

esses investimentos, análise profunda dos nossos técnicos contratados revelam o superfaturamento de 150, 180%. Esses são os números do crime e da farsa.

Estaremos divulgando, não só à Justiça, que ainda esperamos que exista neste Estado, nas universidades, nas escolas, aos caminhoneiros e a todo o povo do Paraná, para tentar barrar esse aumento criminoso, como já disse.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, temos que agora tomar atitudes mais firmes. Não queríamos fazer isso mas somos obrigados, pela força dos acontecimentos, os deputados da Oposição a sair para as ruas e para as estradas, dar as mãos aos caminhoneiros e aos líderes sindicais para junto com eles fecharmos as estradas do Paraná, porque não há outra alternativa a não ser essa. Tentamos todas as maneiras formais, legais para atuar contra esse crime. Os olhos se fecham para a verdade e não outra alternativa senão essa, mesmo porque o movimento dos caminhoneiros foi pressionado de todas as formas, as concessionárias mancomunadas com o governo conseguiram liminares judiciais multando em oito mil reais a hora ao longo de vinte e quatro anos, são negócios que têm força para pressionar de todas as maneiras, lideranças e tudo mais.

Em função dessa pressão vamos às ruas amanhã, às 9h30 min, os 14 deputados da Oposição estarão em frente ao posto Locateli em Ponta Grossa, onde o movimento é mais forte, e vamos juntos com os caminhoneiros, parar as rodovias paranaenses para tentar impedir esse bárbaro crime contra o povo que sofre uma das mais cruéis crises por que já passou o País e se abate sobre o Paraná. Não é possível, senhor presidente, um governo que está numa situação crítica, que está revelando a sua face podre, não só na questão do narcotráfico, denúncias contra quadros importantes desse governo, a nível nacional, denúncias envolvendo a Copel na compra do Sercomtel e Banco FonteCindam, que esse governo ainda tenha coragem de permitir esse aumento criminosos contra o povo do Paraná, esconda dizendo que não é culpa sua, porque quem concedeu o aumento foi a Justiça. Sabemos e mostramos claramente isso que é uma grande farsa, o Governo assinou um contrato lesivo ao interesse público, sabendo anteriormente que, baixada a tarifa de maneira unilateral, logo a seguir as empresas entrariam na Justiça e ganhariam, como ganharam, porque o contrato que o governo assinou favorecia as empresas na medida em que elas colocaram, embutiram no contrato uma proposta comercial superfaturada, que passa ser o juiz da divergência entre o governo e as concessionárias.

O governo sempre soube disso e ainda tem a coragem de querer se passar de “santo” para o povo paranaense, o algoz se fazendo de vítima, nessa verdadeira farsa, dizendo ao povo que aumentou as tarifas porque foi obrigado pela Justiça. Não nos conformamos e vamos às ruas, porque não há outra alternativa para os deputados da Oposição.

Senhor presidente, senhores deputados, não gostaria de terminar o pronunciamento antes de fazer um convite, amanhã, nesta Casa - e agora coincide os horários - estarão presente caciques de todo o Paraná para discutir um projeto de nossa autoria, ou melhor, de todos os deputados. Tenho conversado com o deputado Cezar Silvestri, fazemos parte da comissão para discutir a questão do índio, com o deputado Pessuti. Vamos fazer um projeto assinado por todos, criando o Gabinete dos Povos Indígenas na Assembléia Legislativa, um ato simbólico, um gesto muito importante, que vai mostrar ao Brasil, vai dar exemplo, o tratamento da questão do índio, neste ano que comemoramos 500 anos de História do País.

Tenho conversado com a imprensa, com alguns deputados, mostrando que é uma especificidade, uma singularidade na questão indígena, que diferencia esta da questão do negro, da questão das minorias, da questão das mulheres e da questão dos homossexuais. É uma coisa singular por vários motivos. Primeiro: conta o índio, um genocídio no Brasil. No descobrimento tínhamos cinco milhões de índios no Brasil, hoje existem trezentos mil. São minorias frágeis, violentadas de todas as formas. Essa é a sua especificidade, a fragilidade do povo índio para resistir a uma civilização completamente diferente da sua. Um povo que não tem até hoje a totalidade de suas terras demarcadas, que é atingido por doenças, que é atingido por violência das mais diversas formas; é a fragilidade desse povo que lhe dá uma singularidade.

Está aí a necessidade que temos nessa Assembléia, de um lugar para que o índio possa falar a toda a população, através de um gabinete formado, dirigido e governado por ele, que possa ter uma representação entre os deputados do Legislativo.

Existem outras questões: a singularidade do índio se marca por seu território. O índio é uma minoria que tem um território, que possui e que tem que ser defendido. A defesa desse território não significa tão somente a defesa da vida, da cultura e da civilização indígena, mas significa também a defesa do patrimônio cultural brasileiro, do patrimônio natural brasileiro e do seu meio ambiente. Essa é outra especificidade que se relaciona à necessidade de criarmos aqui, dando exemplo para o Brasil, talvez para o mundo, um gabinete para os povos indígenas.

Por isso convido a todos os deputados, independente de nossas posições políticas, que se façam presentes amanhã, no Plenarinho desta Casa, a partir das 9h30min - coincidiu dois atos, um ato da luta social intensa e profunda e um outro ato simbólico, que defende os interesses de uma minoria contra a qual se cometeu um verdadeiro genocídio.

Por isso peço à Mesa e aos deputados a compreensão, para que possamos até o dia 22 de abril, aprovarmos por unanimidade esse projeto que é símbolo para todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o deputado Ademir Bier.

O SR. ADEMIR BIER

Senhor presidente, senhores deputados. Hoje muito vai se falar aqui a respeito do pedágio. Entendemos que é um dia negro para o Estado do Paraná, para a nossa economia, mas vamos reportar agora um fato que tomamos conhecimento neste final de semana percorrendo o interior do Estado do Paraná.

Onde pequenos empresários receberam pelos correio, essa semana, mais uma taxa para ser paga.

Estou protocolando nesta Casa um envio de expediente ao ministro da Agricultura e Abastecimento, porque não entendemos ser justo que o setor que produz, que é o pequeno e médio empresário, tenha mais esse encargo. O governo tem que entender em todos os níveis que não é mais possível se acrescentar mais uma taxa, tentando tirar dessa pessoas que produzem os recursos para pagar os déficits que ocorrem, tanto produzem os recursos para os déficits que ocorrem, tanto a nível federal, quando estadual.

Vejam bem, foi uma MP enviada no final do ano passado, e no início de janeiro que o Congresso Nacional aprovou. No mês de março os empresários já estão recebendo para o seu pagamento. São 900 mil empresas desse país que estão condenadas a pagar essa taxa.

Por isso, gostaria de contar com o apoio de todos os senhores deputados. Tivemos a oportunidade de, hoje pela manhã, entrar em contato com o deputado Dirceu Serafico, que é presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, e os deputados federais estão preocupados com a repercussão que está ocorrendo. Já existe um movimento muito grande para que seja revogada essa lei. Essa é a nossa esperança.

Concedo um aparte ao deputado Divanir Braz Palma.

O Sr. Divanir Braz Palma

É super oportuna essa observação de Vossa Excelência com relação a essa taxa de fiscalização ambiental.

Na realidade, é mais uma forma de tirar dinheiro de quem não tem. Essa taxa chega até três mil reais por ano, e temos prazo até o dia 20 de julho para cadastrar no Ibama sob pena de sermos multados em 20 mil reais.

Isso é uma barbaridade, estou com Vossa Excelência: vamos assinar esse documento, pedir aos nossos deputados, nossa Bancada federal que revejam essa lei que vem, mais uma vez, penalizar o pequeno e médio empresário de todas as atividades. Eles não escolhem atividades. É uma taxa que, se o empresário tem uma empresa, tem um endereço, vai ter que pagar.

Parabéns pela sua colocação, sua atenção em defesa dos interesses dos nossos empresários do Paraná.

Muito Obrigado!

O SR. ADEMIR BIER

Muito obrigado, deputado Divanir Braz Palma pelo aparte.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horários das Lideranças.

Consulta as Lideranças do PDT, PSB, PST.

(**Declinam**)

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura, no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

O Paraná está de luto. O Paraná amanheceu de luto nesse triste dia 27 de março de 2.000. Caiu a farsa. Caiu a máscara. O episódio se transformou num verdadeiro escândalo. Aquilo que denunciávamos na campanha eleitoral de 98, de que a redução do pedágio era um golpe para ganhar as eleições, hoje se perpetrou. O governador Jaime Lerner, percebendo que a derrota seria iminente, resolveu reduzir o preço do pedágio, nas vésperas das eleições de 98, sabendo que a Justiça do Paraná, do Brasil e do mundo, iria dar ganho de causa às concessionárias e nós, perplexos, assistimos hoje o aumento das tarifas do pedágio no Paraná: 116% para os automóveis e ônibus... 76% para os caminhões e caminhonetes, e o governo ainda assim tenta mascarar os números, porque existe praça de pedágio em que os caminhões terão reajuste acima de 100%, como é caso da praça de São Luiz do Purunã. Mais de 100% para os caminhões, 44% na praça de pedágio de Paranaguá, fez com que o preço ficasse na média de 76%. O governo mascara o aumento que deu, o aumento injusto, injustificável sob todos os pontos de vista, porque nenhuma melhoria foi feita nas estradas do Paraná. As concessionárias ganharam de presente as estradas prontas, feitas com o dinheiro do povo, com o dinheiro arrecadado do contribuinte do nosso Estado. As concessionárias ganharam do governo Jaime Lerner. Roçaram os acostamentos, taparam os buracos e instalaram as praças para arrecadar o dinheiro. Ganharam na Justiça o direito de não fazerem investimentos, porque o governo Jaime Lerner, para ganhar a eleição perpetrou este atentado contra os interesses da nossa população, reduzindo o preço pela metade na véspera da eleição de 98.

Nada se justifica, e o deputado Péricles Mello já relacionou aqui da tribuna que temos levantamentos realizados, indicando que todos os preços de todos os itens da planilha de custos superfaturados. todos os preços, segundo levantamentos que possuímos, indicam que a planilha de preços que determina o valor da tarifa, está

superfatura, chegando ao cúmulo de mais de 500% alguns itens desta planilha, que estabelece o custo.

Por isso o povo do Paraná está de luto, por mais este ato de agressão, de covardia, de crueldade que o governo Jaime Lerner estabelece contra o povo do nosso Estado. O que fez o povo do Paraná? Qual o castigo que o povo do Paraná fez? Qual o crime que o nosso povo fez? Apenas de no dia 4 de outubro, ter ido à urna e lá, no silêncio sagrado da urna, ter elegido o governador Jaime Lerner. Esse foi o crime que a nossa população cometeu, e esta população hoje, que com a sua mão abençoada elegeu o governador, recebeu deste mesmo governador o trato pesado, a vingança terrível, o chicote, não só na tarifa do pedágio, mas nas suas atitudes e omissões, em quase todas elas, e tenta maquiá-lo. Diz o governo: "Vamos reduzir a incidência de ICMS sobre o frete." E o que fazem as transportadoras no dia seguinte? Aumentam em 20% o valor do frete, eliminando o subsídio que o governo estaria dando aos contribuintes na praça de Pedágio. Muito embora as próprias transportadoras digam claramente que - "a eliminação do ICMS sobre o frete pouca coisa representa no custo total do valor do pedágio" - Porque o caminhão vem carregado lá de Cascavel, lá de Pato Branco, lá de Umuarama, lá de Londrina, e volta vazio buscar mais uma carga de grãos. E essa vinda nessa situação do ICMS não representa nenhum desafogo ao contribuinte na hora em que ele vai pagar a taxa de pedágio nas praças do Paraná.

Por isso, senhor presidente, o PMDB, mais uma vez vem a esta tribuna denunciar o estelionato eleitoral de 98, que elegeu Jaime Lerner para o seu segundo mandato como governador do Paraná. O PMDB se coloca do lado do povo do Paraná contra esse petardo de efeito funesto à nossa sociedade. O PMDB não aceita o aumento nas tarifas do preço do pedágio e está do lado do caminhoneiro, do lado do agricultor, do lado da economia do nosso Estado. E amanhã estaremos presentes neste manifesto lá em Ponta Grossa, às nove e meia da manhã, estaremos presentes para levar a nossa solidariedade aos caminhoneiros, aos transportadores, aos viajantes, aos agricultores, aos agropecuaristas, enfim, à economia do Paraná que não suporta esta tragédia, que não suporta este escândalo, que não suporta essa perversidade, essa crueldade do governo Jaime Lerner em aumentar abusivamente o preço do pedágio de 76 até 116%.

Fica aqui registrado, senhor presidente, o nosso inconformismo, a nossa tristeza, a nossa contrariedade contra estas atitudes, contra este arbítrio. Ora, nem na época da ditadura militar, nem na época dos principais momentos de arbítrio e da prepotência instalada neste País houve tanta repressão ao movimento organizado da sociedade do Paraná.

Hoje o movimento o social do Estado não pode se organizar, não pode fazer protesto porque a Justiça diz que tem que pagar 8 mil reais de multa por hora, por minuto!

Não pode, porque em conluio com as concessionárias, coloca a televisão para filmar quem está protestando. Não se pode protestar neste Estado. Tem que ser escondido porque o governador não quer, ele não quer saber de protesto, não quer saber de contrariedade. Não gosta disso. Por isso, o Paraná, infelizmente, vive um momento de grande dificuldade, chegando ao ponto de uma verdadeira tragédia. Temos discutido isso.

Para concluir e para não ser deselegante, concedo um aparte ao deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson

Em rápidas palavras gostaria de colocar o nosso apoio e que, neste momento triste, porque quem conhece em profundidade o que é a vida do caminhoneiro, quem conhece e participou na rodovia para ver a dificuldade e o que pesa esse pedágio, com certeza não pode ficar passivo, assistindo de camarote realmente esse massacre, onde voltando ao tempo da repressão assistimos a população impedida por pressão de multa de 8 mil reais por hora não podendo nem sequer protestar nas praças de pedágio.

Então, uma questão muito clara é que devemos avaliar até onde nós, representantes da população, vamos ficar passivos assistindo a espoliação da população, do pequeno transportador deste Estado do Paraná, a queda da agricultura e acima de tudo, pagando pedágio a preços superfaturados.

Jamais vou admitir, como engenheiro que sou, ver um pagamento multiplicado por 5, por 6, e por 7 vezes o preço real sendo pago passivamente, valores absurdos citados na planilha de custo das empreiteiras de 15 milhões de reais em valores de projeto. Realmente é uma vergonha, é uma planilha forjada que tem que ser revista e eu vejo, ou vamos rever os valores dos custos serviços ou vamos assistir passivamente a exploração sem o direito sequer de protesto da nossa gente.

É esse o meu protesto.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço, deputado Strapasson.

Senhor presidente, infelizmente não vou poder ver o aparte do deputado Valdir Rossoni, visando que deixou para solicitar no final do meu pronunciamento, e não poderei conceder. Gostaria de conceder para estabelecer aqui o diálogo e a conversa, infelizmente fica aqui concluído o nosso protesto, o nosso descontentamento, a nossa contrariedade às práticas adotadas pelo governo Jaime Lerner e o nosso manifesto favorável aos trabalhadores do Estado do Paraná, a toda economia, caminhoneiros, aos viajantes, aos agricultores, agropecuaristas, enfim, a toda economia que vai ser penalizada de forma grave, de forma muito séria com aumento do pedágio de 76 a 116% no nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado pela benevolência de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PTB, PSDB, PFL, Liderança da Oposição.

Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Votamos no final do ano de 95, foi aprovada nesta Assembléia Legislativa o voto contrário de vários deputados, mas a maioria votou o projeto de lei que disciplinava as concessões do Paraná, entre as quais incluía a rodovia.

A Assembléia começou a participar do processo em discussão da privatização das rodovias e outros serviços do Estado do Paraná.

Em 96, o governador do Estado, Jaime Lerner, prosseguindo com a sua simbologia adotada na campanha, passava por alguns municípios do Paraná, com o mapa do Paraná, o famoso mapa do Paraná em que fazia uma espécie, quase que um círculo no centro e umas ramificações laterais e chamava isso de “Anel de Integração”. Foi uma idéia absolutamente criativa, inovadora. Chegamos em uma ocasião me lembro que estava acompanhado de vários deputados, mas o deputado José Maria Ferreira, chegamos ir a Palácio Iguaçu para uma conversa, se não me engano uma crise com o MST, alguma coisa assim, estava lá o famoso mapa do governador e até brincamos com esse mapa, colocamos umas ferrovias aqui no Norte, pedimos para arquiteta que era francesa, que estava ali desdobrando o português: É realmente, o governador pensa em fazer uma ferrovia. Mas foi desenhado de brincadeira por um deputado, ali. Então você veja que não era um negócio tão sério assim! Não era tão sério que se confirmou hoje. Este Anel de Integração está numa desintegração violenta no Estado do Paraná.

Apresentou-se uma novidade como integradora, foram aos municípios fazer este desenho, em Cascavel, na saída para Foz do Iguaçu fizeram um palanque com uma placa enorme dizendo: Uma nova vida para o Estado do Paraná”. Finalmente o interior do Paraná é contemplado. E não seria uma rodovia, seria uma “senhora” rodovia. Duplicação de Foz do Iguaçu a Paranaguá mais os trechos prioritários: Foz do Iguaçu, Cascavel, Guaruapuava. Pistas duplas absolutamente sinalizadas com olho de gato, pintura, hastes laterais e a cada quilômetro um telefone. O secretário dos Transportes falava que a cada quilômetro teríamos um telefone porque se, por acaso o carro pifasse, o cidadão não precisaria andar mais do que 50 metros para pegar o telefone e chamar pelo 0800 o socorro mecânico.

Teria fraldário nas praças de pedágio. Pequenos consertos nos automóveis seriam feitos na própria estrada, teria socorro médico com médicos de plantão e depois foi se confirmando lentamente a farsa.

Primeiro foi feita uma bela roçada, uma pinturinha, uns buraquinhos tampados e tudo bem. Mas, naquela altura, o pessoal não estava gostando porque estava ruim mesmo e começou a cobrança: Cadê os telefones, o

fraldário, os banheiros? Cadê um sistema em que a passagem fosse automatizada? Cadê o serviço de orientação aos caminhoneiros e aos turistas? O secretário de Turismo falou que iria aproveitar para fazer uma campanha para o turismo do Paraná, falar das nossas praias, nosso canyon, nossa Ponta Grossa.

Parece que nada disso aconteceu! Tudo isso redundou numa grande farsa! O preço era um, a contestação foi geral, não se poderia construir caminhos alternativos, propaganda a todo o momento, veio o preço, todo mundo reclamou e imediatamente o criativo governador do Estado apresentou um decreto que baixava pela metade o preço. E, que não seria uma medida eleitoreira, obviamente!

Passou-se a eleição e denunciávamos que isso seria uma forma de angariar simpatia, tendo em vista as eleições. Sem resposta começaram uma falsa briga na Justiça em que a Justiça falou: “Cumpra-se o contrato com as concessionárias que o Jaime Lerner assinou! “A Justiça não deu aumento, mandou cumprir o contrato. Se o contrato previa planilha de custo, cumpra-se a planilha de custo. Não interessa se é superfaturada, o Lerner assinou! O contrato foi feito com a concorrência viciada: “Não tem problema, cumpra-se o contrato que o Jaime Lerner concordou e assinou! “Cumpra-se o contrato”! É isso que está acontecendo. “Senhores caminhoneiros paguem 76%”, “Senhores proprietários de automóveis não terão isenção de ICMS e pagarão 116%”. “Não, interessa, cumpra-se o contrato, a planilha e a concorrência conduzida pelo Jaime Lerner”.

É isso o que tem que deixar claro para a população paranaense. Mas, muito mais do que denunciar isso, nós da Oposição temos a solução para o caso. Qual é a solução? Que se instale uma CPI! O Status da CPI, a capacidade mobilizadora da CPI, trazer todos os fóruns já criados, trazer a Associação Comercial, grupos de camaleiros, empresas, trazer técnicos, trazer o pessoal do governo federal ligado ao setor de transporte e do governo estadual, e mostrar para ele: houve superfaturamento na planilha. O governo contestou. Houve licitação: seis trechos, seis empresas que ganharam esta concorrência, somente seis empresas participaram. Portanto, com ação judicial declara-se nulo o contrato. Anulado o contrato, repactua com as concessionárias. Se elas não quiserem, terão indenização. Passa para o DER, porque o DER também tem capacidade para cobrar, como está cobrando lá na Ponte de Guaíra, preço razoável, não há queixas e as coisas estão funcionando. Por que é que não se faz assim? Repactua, acha uma nova solução, quando a espada do contrato está no pescoço do povo paranaense. Esta é a solução.

Por isso amanhã, senhores Deputados, às 9h30 da manhã, os 14 deputados da Oposição, cumprindo com a responsabilidade e apontando para a solução, evidentemente, será ampliado para, mais de 14 deputados, porque há deputados que assinaram a CPI e já estão prometendo a presença, não tenho a confirmação ainda, mas estare-

mos fazendo um manifesto próximo a Ponta Grossa, em frente ao Posto Locatelli, posto de gasolina onde agora nos confirmaram que a rodovia está completamente trancada, tanto de um lado como de outro, faremos um ato, auxiliados pela estrutura dos deputados Péricles Mello e Luiz Carlos Zuk, usando de estrutura de Ponta Grossa, estaremos fazendo um ato demonstrando a verdade ao povo do Paraná. Porque o aumento não é da justiça. A justiça mandou cumprir o contrato que o Jaime Lerner assinou. Um contrato que em tese é perfeito, mas para nós é passível a anulação.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Colombo quero agradecer o espaço que Vossa Excelência me concede para, na mesma linha dos oradores anteriores, manifestar esta tristeza que toma conta de todos nós paranaenses, neste dia em que certamente todos nós que queremos bem a este Estado e queremos bem àqueles que trabalham gerando riquezas neste Estado, poderíamos dizer que estamos de luto por aquilo de ruim que está acontecendo ao Paraná.

Hoje, quando abri os jornais, me deparei com uma publicidade da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias, uma coisa que chega até a ser jocosa, porque a publicidade mostra e diz o seguinte: “Lembra como eram os banheiros nas estradas do Paraná? “Coloca duas árvores, com dois desenhos, um feminino e um masculino, como que insinuando que as pessoas que trafegavam pelas rodovias do Paraná realizavam suas necessidades fisiológicas de defecar e urinar, ou mesmo suas necessidades de limpeza pessoal, que sabe um banho, atrás da moita, atrás da árvore. E como se agora tivessem eles construído dezenas, centenas, milhares de banheiros para que as pessoas pudessem realizar suas necessidades fisiológicas em banheiros confortáveis, limpos, maravilhosos e cheirosos. Isto não existe! Os banheiros que existem são aqueles e que foram melhorados, alguns deles pelas próprias empresas possuidoras de lanchonetes, restaurantes, enfim, comércio à beira da estrada.

Então, é uma brincadeira de mau gosto, desrespeitosa, à população do Paraná, uma brincadeira que só poderia vir de quem veio, porque este pessoal que está acobertado sob o manto de Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias é o pessoal que participou desse conluio já denunciado pelo deputado Péricles na elaboração de uma tarifa básica superfaturada. É o mesmo pessoal que participou do estelionato eleitoral denunciado pelo deputado Nereu Moura, quando o governo baixou as tarifas alguns meses antes da eleição em 50% é o mesmo pessoal que agora sentou à mesa e fez um acordo aumentando as tarifas em 76, 116 e algumas praças até 127%.

Então, é mentira em cima de mentira. Mentiu quando anunciaram a instituição do pedágio no Paraná, que ia ter isto, aquilo e aquele outro, mentiram quando reduziram em 50% e estão mentindo agora, quando

dizem que as rodovias já mudaram, quando dizem que tem um cenário de obras a ser executado, só que não dizem que dia começa e qual a previsão do término das obras.

Parabéns, deputado, o Paraná está de luto e está envergonhado por brincadeiras de mal gosto como esta, da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias, publicada nos jornais de hoje.

O Sr. Augustinho Zucchi

Permite um aparte, deputado?

Deputado Colombo, eu, há poucos dias atrás, falei dessa tribuna sobre esta questão do pedágio e quero me reportar ao pronunciamento do deputado Caíto Quintana, há poucos dias, que disse claramente desta tribuna que Vossa Excelência ocupa neste momento, o seguinte - “Tantas vezes recorrer o governo ou quem quer que seja à Justiça, perderá todas, porque o contrato é claro.

Então, o deputado Péricles, na sua falação, diz que a Oposição entrará na justiça para barrar o aumento do pedágio e num curto espaço de tempo ou a médio prazo, como falou ele na Tribuna, anular o contrato.

Eu só tenho o seguinte para dizer a Vossa Excelência - se for para anular o contrato num projeto do deputado Toni Garcia, que tive oportunidade de assinar conjuntamente, que anule o contrato. Vamos pedir ao senhor presidente, se for este o entendimento, que coloque o projeto em votação. Você corta caminho, diminui o espaço de discussão, porque o que está colocado para a população do Paraná é que instalar a CPI hoje não tem mais aumento do pedágio. Também não é verdade. Nós teremos 120 dias de discussão, através da CPI, senhor presidente, sem a garantia de que não vai aumentar o preço do pedágio. Muito mais do que isto, segundo os juristas que consultei, sem a garantia de que isto possa anular as concessionárias no Paraná.

Agora, se foi superfaturado, se o preço está errado, se não foram feitos os banheiros, se só fizeram uma roçada, isto é público e notório, não precisa de CPI para evidenciar isto.

Então, se for para anular o contrato, numa solução que a Assembléia possa oferecer, deputado Colombo, encerrado o meu aparte, gostaria de dizer que encontrei o governador Olívio Dutra em Vacaria e ao conversar com ele, ele não propôs a anulação do pedágio, das concessões, como ele disse em campanha, ele não pode propor no Rio Grande do Sul; diminuiu 50%.

Agora, nós temos condições de através deste projeto de lei, estabelecer a anulação das concessões, volta as rodovias para o DER, faz um encontro de contas, o que as concessionárias gastaram e o que fizeram, é público e notório, e aí não colocamos a população do Paraná também na expectativa de que havendo a CPI nós resolvemos a questão do pedágio. Não é uma alternativa para discutirmos as concessões do Paraná, mas não quer dizer que vamos resolver a questão do aumento do preço do pedágio, como está sendo propalado.

Muito obrigado pelo aparte e obrigado ao senhor presidente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, só para encerrar. O debate continua amanhã. O exemplo do Rio Grande do Sul é um bom exemplo, a repactuação com isto. No interior do Paraná já estão começando a distribuir informando à população a verdade sobre a questão do pedágio e nós estaremos esta semana entrando com ação para tentar fazer com que se retroceda neste preço do pedágio e tentar, via judicial, quem sabe, anular também este contrato.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo.

Com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, nós já sabíamos e prevíamos que hoje o assunto voltaria a ser a questão pedágio.

Vejo alguns colocando aqui como se fosse uma catástrofe, e parece-me que estamos em fase de cerimonial de enterro. É importante que nos façamos aqui e recordemos de como eram as rodovias do Estado do Paraná no passado, é importante lembrar os deputados de que todas as rodovias hoje concessionadas, são rodovias federais, e que não tinham a mínima conservação e de que o Estado do Paraná não tinha condições de conservá-las, e a única saída que o Estado do Paraná encontrou foi pedagiar as rodovias, como foi a solução encontrada pelo Rio Grande do Sul, pelo Estado de São Paulo, pelo Rio de Janeiro e pelo próprio governo federal nas rodovias federais, concessionadas pelo governo federal. Isso é importante que se diga.

Gostaria de um minuto de atenção do deputado Nereu Moura, quando disse da tribuna que aqui no Paraná não se tem liberdade de manifestações, porque houve uma determinação da Justiça de cobrar multas, se houver paralisações do tráfego nas rodovias.

Ora, as afirmações do deputado Nereu Moura não são verdadeiras. Ou é um posicionamento político para induzir a inverdade, ou é falta de conhecimento.

Temos hoje três Poderes: o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. O Legislativo está aqui nesta Casa, o Judiciário determina, e o Poder Executivo cumpre.

O Poder Executivo, deputado que acena com a sua cabeça, se houve uma determinação da Justiça de haver essa multa, não é determinação do governador Jaime Lerner, é sim uma determinação da Justiça; e se querem cumprir, cumpra-se, não quer, desobedeça-se e trata-se a questão na Justiça.

Não atribua ao governador Jaime Lerner porque certamente amanhã, quando os senhores parlamentares fizerem uma manifestação, certamente terão todo um aparato de segurança necessária por parte da Secretaria

de Segurança, porque todos os setores e as entidades têm direito de se manifestar favorável ou contrário a qualquer questão que acharem necessária. Então, atribuir ao governador Jaime Lerner que é ele que está dizendo que não quer manifestações, isso não é verdadeiro, ou é desconhecimento.

Estou senhor presidente, hoje, propondo a esta Casa um requerimento para compormos aqui uma Comissão Especial, e acredito que aí é uma forma de fazermos um debate que possa trazer contribuições para essa questão tão relevante, estou propondo a formação de uma comissão para fazer um estudo sobre a questão do pedágio, esse estudo que poderá ser, junto com a Secretaria de Transportes, junto com a vasta documentação da questão das rodovias, e o mais importante, estou propondo nesse requerimento que se forme aqui uma comissão de parlamentares, supra-partidária e que visite todos os Estados, se essa comissão achar necessária, para traçar um paralelo, um comparativo entre as rodovias concessionadas no Estado do Paraná e as rodovias concessionadas no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em São Paulo. Certamente, senhor presidente, se esta comissão fizer um trabalho e, tenho certeza que os seus componentes, os partidos saberão indicar parlamentares, que terão condições de fazer esses estudos. Temos aqui, como no PTB, o deputado Cezar Silvestri, que é engenheiro, certamente ele tem mais condições do que quem não é engenheiro e, assim, dentro dos outros partidos. Com a visita dos outros Estados poderemos traçar aqui um comparativo paralelo entre as rodovias concessionadas em todo o Brasil.

Peço aos parlamentares o apoio a este requerimento, para que possamos fazer esse trabalho, para que essa discussão não fique aqui, senhor presidente, apenas na oratória, porque o que acontece, desde o início em que vêm aqui parlamentares fazer pronunciamentos, exigiram documentações e vejo que tem mais, se não me falha a memória, mais um requerimento pedindo documentos, temos dito, senhor presidente, que é uma vasta documentação. Precisaria de pelo menos uma caminhonete para trazer os documentos dos contratos e do procedimento licitatório das rodovias do Estado do Paraná. Temos colocado em uma sala, na Secretaria de Transportes, toda essa vasta documentação, para que qualquer parlamentar que queira, com seus auxiliares, fazer um estudo e trazer aqui, um posicionamento consubstanciado em cima dessa documentação. Por isso ressalto novamente esse posicionamento, porque ele é muito importante.

Outra questão, é importante que se diga, aqui, que no passado, quando falava-se apenas em pedagiar as rodovias do Paraná, muitos tinham posicionamentos diferentes, porque naquela época viajavamos em rodovias em péssimas condições. Hoje, já esquecido o estado precário daquelas rodovias, temos um outro posicionamento. Certamente, se o governo federal tivesse cuidado das rodovias federais do Estado do Paraná, não haveria necessidade de serem concessionadas - isto é

lógico, é óbvio. É claro, para nós, que as rodovias do Estado do Paraná, estavam prejudicando o desenvolvimento do interior do Estado do Paraná, em um momento em que o governador Jaime Lerner, em um esforço, arrojado, tomava medidas para industrializar o Estado do Paraná. A vontade e a determinação do governador Jaime Lerner é levar a industrialização para o interior do Estado do Paraná. Prova disso é o que estava acontecendo em Londrina, em termos de industrialização. Temíamos e tínhamos dificuldades, em todos os momentos, em que chegava-se ao Paraná qualquer investidor, a primeira pergunta que ele fazia, era se tinha boas rodovias para aquela cidade, onde eles queriam fazer investimento.

Represento, aqui, com muito orgulho, a cidade de Irati. Naquela oportunidade em que estávamos trabalhando com a Siemens, para levar a Siemens a Irati ainda tínhamos a rodovia em péssimas condições. Foi uma das condições impostas pela Siemens: rodovias em boas condições. Qual era a saída do governo? A rodovia era federal. A conservação das rodovias era de responsabilidade do governo federal. Queríamos o desenvolvimento de todo o Estado do Paraná, e para conseguirmos isso não tínhamos outra saída a não ser copiar o que os outros Estados tinham feito.

Por isso o governo do Paraná tomou essa atitude em concessionar as rodovias federais. Poderia simplesmente ter o procedimento antigo, que era colocar uma placa à margem: “Esta rodovia é de responsabilidade do governo federal”, ou tomar medidas. As medidas foram tomadas.

A questão do preço do pedágio, tenho certeza absoluta que, com essa proposição desta comissão, em visitar os Estados que têm rodovias concessionadas estabelecermos aqui um perfil dos investimentos, um paralelo entre as rodovias dos outros Estados, certamente poderemos fazer aqui pronunciamentos mais maduros e com mais conhecimento.

Quero deixar à disposição de todos os deputados a vasta documentação do procedimento licitatório, dos contratos, com técnicos à disposição, a qualquer dia, em horário de expediente.

Quero dizer da diferença entre o governador Jaime Lerner e outros governos. Poderíamos fazer o discurso demagógico, criticar o governo federal pelas péssimas condições das rodovias e deixar como estavam. Acharmos melhor adotarmos esse procedimento. É uma questão administrativa, política, uma questão de governo. E é uma das posições mais importantes para podermos industrializar o Estado e mudar o perfil desse Estado.

Seria muito melhor que essas rodovias tivessem a sua conservação cumprida pelo governo federal.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a instituir “Programa de Parcerias”, destinado a receber, em doação, obras da iniciativa privada. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.O.P.T.C. Com EMENDA DE PLENÁRIO E PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.** Emenda. **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Paçandu e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.S.P. COM EMENDA DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.S.P. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.** Emendas. **Aprovadas.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 354/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Paçandu e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Carlos Simões, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Hermes Fonseca, Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, Waldyr Pugliesi, Beto Richa, Pastor Edson Praczyk.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 549/99, de autoria do deputado Kielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo, à criar a Ciretran no município de Paraíso do Norte, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P. COM EMENDA DE PLENÁRIO E PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 549/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran no município de Paraíso do Norte, no Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Carlos Simões, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, Beto Richa, Antonio Carlos Belinati, Pastor Edson Praczyk.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/99, de autoria do deputado Beraldin, que concede título de Cidadão Honorário do Estado ao senhor Genésio Gabriel Gava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que concede título de Cidadão Honorário do Estado ao senhor Ágide Meneguette, presidente da federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado ao senhor doutor Rached Saliba Smaka. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que denomina de “Campus Universitário Prefeito Adriano José Valente” o atual Campus da Universidade Estadual de Maringá - UEM. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 683/97.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o “Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social-Núcleo”, com sede no município de Serranópolis do Iguaçu e foro no município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado, imóvel situado no município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 014, de 14.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 064/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder ao Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado imóvel situado no município de Piraquara.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/2000, que autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$315.734,00 (trezentos e quinze mil, setecentos e trinta e quatro reais). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. nº 019, de 21.03.2000 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 076/2000

P A R E C E R :

A Mensagem Governamental nº 005/2000, enviada para apreciação junto a esta comissão, propõe abertura de crédito especial ao orçamento da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, de forma a atender despesas com a execução do convênio com a União, cujo programa de trabalho para 2000, prevê repasse de recursos ao Tesouro do Estado para utilização em despesas de capital e na atividade "Manutenção Seguro Desemprego", as quais, em exercícios anteriores, não estavam previstas.

A autorização do Poder Legislativo é imperiosa ante o que dispõe o inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual.

E, a indicação dos recursos correspondentes, consta dos anexos que integram a presente proposição, em cumprimento a condicionante imposta na mesma disposição constitucional.

Analisando o projeto de lei, não se apresentou qualquer vício de ordem constitucional, legal ou regimental, que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis até a final deliberação em Plenário, portanto, é Favorável o Parecer desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 076/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 005/2000, tem como objetivo autorizar a abertura de crédito especial ao orçamento da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, no valor de R\$315.734,00 (trezentos e quinze mil, setecentos e trinta e quatro reais).

Conforme podemos observar, já constatamos a existência de pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta comissão de acordo com o art. 33, § 3º do Regimento Interno, observamos que servirá como recurso para cobertura do crédito, igual

importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II.

Desta forma, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.2000.

(aa) **ADEMIR BIER** - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.**O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, apenas para solicitar a Vossa Excelência que determine constar da pauta do dia de amanhã, a mensagem do governador para que a gente possa saber exatamente de onde está se retirando esse dinheiro e para onde está indo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente, deputado Nereu Moura. Na sessão de quinta-feira foi publicado na pauta mas vamos solicitar que na sessão de amanhã ou encaminhar a Vossa Excelência a Mensagem nº 005.

Em votação. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 383, de autoria dos senhores deputados Nelson Garcia, Tony Garcia, Augustinho Zucchi e demais senhores deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 359, 360, 368, 369 e 377, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 365, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 370 a 376, de autoria do Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 361, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 362, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 363 e 387, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 364, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 378, 380 e 382, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 379, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 381, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 388, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 390 e 391, de autoria do senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 392, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 389, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Queria registrar na Casa, porque o fato ocorreu na última quinta-feira pela madrugada, a morte do Alexandre Vidal. O Alexandre Vidal por muitos anos foi meu assessor parlamentar aqui na Assembleia Legislativa, começou comigo, aqui, quando ele tinha apenas 15 anos de idade. Era o office-boy do meu gabinete, passou a ser chefe do meu gabinete anos seguintes, depois formou-se em Direito e, lamentavelmente, vítima de uma doença que o leva prematuramente. Como o fato ocorreu final de semana, o próprio companheiro Antonio Belinati a quem o Alexandre prestava serviço no gabinete da vice-governadora. Foi um menino super inteligente, de uma inteligência extraordinária. Era meu assessor, era o meu braço direito durante três legislaturas minhas aqui na Assembleia Legislativa e com ele, reconheço, tive o crescimento. Porque era a pessoa que fazia os requerimentos, que fazia os projetos, que discutia as matérias comigo, que dava sugestões para pronunciamentos.

Portanto, era um menino superdotado. E, lamentavelmente, prematuramente, ele foi nos tirado do convívio. Seu sepultamento ocorreu na sexta-feira à tarde - para tristeza minha, da vice-governadora Emilia Belinati e de todos aqueles funcionários da Casa que admiravam o Alexandre pela sua inteligência e pelo seu

conhecimento. por isso faço questão de registrar este fato, porque, afinal de contas, era um menino que passou, que conviveu e que viveu a maior parte de sua vida dos seus 15 aos 27 anos, aqui dentro da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão, em votação. **Aprovado** o requerimento.

O deputado Péricles Mello envia um comunicado à Mesa convidando a esta Presidência e aos deputados a participar de ato público para aprovação de projeto que cria o Gabinete Especial dos Povos Indígenas na Assembleia a realizar-se no dia 28 de março, terça-feira, no Plenarinho, às 13h30.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 090, 354, 549, 440 e 538/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 064 e 076/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 27 DE MARÇO DE 2000.

“Água, Crise a ser evitada”

Jornal Gazeta do Povo.

A comemoração do Dia Mundial da Água trouxe novamente à luz os contornos de gravidade que envolve a questão do abastecimento na Região Metropolitana de Curitiba. dados da Sanepar divulgados ontem indicam que o consumo de água deverá crescer 150% nos próximos 15 anos ou seja, neste período as atuais condições de captação, tratamento e distribuição deverão ser mais do que duplicadas. O grave nesta situação é que praticamente já quase não existem fontes não comprometidas pela poluição que passam garantir a suficiência do fornecimento dentro de futuro tão próximo, apesar dos investimentos em infra-estrutura que continuam sendo realizados.

O melhor investimento que se pode fazer, no entanto, está na educação. A aguda escassez que está

sendo prevista para os próximos anos pode ser minimizada com gestos bem mais simples e baratos se a população se conscientizar de que, evitando o desperdício, pode-se prolongar a vida útil das atuais fontes. Atualmente, o consumo de água per capita na Grande Curitiba, é de 145 litros por dia, mas as projeções mostram que esta quantidade tende a crescer para 220 litros até o ano de 2015. A este acréscimo de consumo individual, deve ser somado também o inevitável aumento da população durante o período. A soma destes dois fatores é que desenha o quadro sombrio que temos pela frente, a menos que se reduzam para parâmetros aceitáveis o atual índice de 40% de desperdício que se verifica atualmente no sistema.

Mas, embora importante, a simples redução do consumo ainda não basta. É necessário, também conter a acelerada degradação dos mananciais, hoje em grande parte comprometidos por ocupações ilegais, pela presença de indústrias poluidoras em áreas de preservação, pelo lançamento de dejetos orgânicos e industriais e por defensivos agrícolas. Políticas abrangentes de preservação dos recursos hídricos devem ser implementadas com urgência, de modo assegurar a preservação dos mananciais e a manutenção das condições ambientais adequadas para garantir a perenidade e a pureza das bacias hidrográficas.

Neste sentido, uma das providências fundamentais é a rigorosa aplicação da recente Lei dos Recursos Hídricos, que autoriza o Estado a cobrar pelo uso da água dos rios e exigir que os grandes usuários executem tratamento adequado antes de devolvê-la aos seus cursos originais. Pela legislação agora em fase de regulamentação, os consumidores serão obrigados a pagar taxas pelo uso da água bruta, especialmente as empresas industriais. Elas, como praticamente todos os demais consumidores, captam a água de que necessitam em seus processos de fabricação em rios e mananciais e a devolvem muitas vezes com altas cargas poluentes à jusante, gerando em seguida a necessidade de caros procedimentos de tratamento e recuperação custeados por toda a sociedade. Com a lei, os consumidores serão obrigados a arcar com uma contribuição cujo montante será empregado especialmente em ações de preservação.

Pretende-se, com esta política, forçar os consumidores a economizar a água que captam diretamente na natureza. Trata-se de uma medida absolutamente sensata e cujos resultados estão comprovados em países onde já se institui esse tipo de cobrança. Na Alemanha, por exemplo, as indústrias gastam sete vezes menos água do que as suas congêneres brasileiras, o que denota a existência aqui de um índice irresponsável de desperdício.

É questão que interessa não somente a Curitiba, mas a todas as cidades brasileiras. O problema do abastecimento não é exclusivo da nossa Região Metropolitana. E para se ter idéia disto, basta lembrar que enquanto

a população continua em crescimento, a disponibilidade de água permanece, na melhor das hipóteses, estável. Portanto, embora para muitos pareça inacreditável, a água é um recurso que está se tornando cada vez mais limitado e que precisa ser urgentemente protegido, pois é o elemento mais precioso e essencial à vida de toda humanidade, para os animais e plantas.

Não é por outra razão que um recente relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) tenha afirmado, para espanto de muitos, que “as guerras dos próximos séculos serão por causa da água, não por causa do petróleo ou da política”. Tratar a questão da água e do seu consumo de modo responsável e racional e, portanto, zelar pelo bem-estar das futuras gerações, pela preservação dos ecossistemas e também pela paz.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 019/2000

I - exonerar, a pedido, ANTONIO DOS SANTOS, do cargo em comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

II - prover, JOÃO DOMINGUES DE ALMEIDA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

III - exonerar, a pedido, TAKETOSHI SAKURADA, do cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

IV - prover, IRACEMA PRESTES FARIA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

V - exonerar, a pedido, JULIANA SANTOS BASSO, do cargo em comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

VI - prover, SÉRGIO RODRIGO RUIZ GUIMARÃES, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

VII - exonerar, a pedido, SERGIO RODRIGO RUIZ GUIMARÃES, do cargo em comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

VIII - prover, MARCIA FEITOSA DE ALMEIDA SAKURADA, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

IX - exonerar, a pedido, EDNA SILMENES BASSO SANTOS, do cargo em comissão, símbolo IGP-4, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

X - prover, TAKETOSHI SAKURADA, para exercer o cargo em comissão, símbolo IGP-4, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

XI - exonerar, a pedido, TAKASHI KANASHIMA, do cargo em comissão, símbolo IGP-1, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

XII - prover, IRMA GENI GIROLDO SANFELICE, para exercer o cargo em comissão, símbolo IGP-1, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 01 de fevereiro de 2000;

(Prot. nº 895/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 057/2000

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 339/99, de 30 de agosto de 1999, que passa a constar nos seguintes termos:

conceder aposentadoria, a pedido a FRANCISCO TOMAZ DE QUADROS, matrícula nº 41.056, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo Comissionado, símbolo DAS-4, nos termos do artigo 35, inciso III, letra “c”, da Constituição Estadual, e Emenda Constitucional nº 20, artigo 3º, com proventos mensais e proporcionais correspondentes à simbologia DAS-4, tendo em vista o seu direito adquirido antes da vigência da Lei n 9.937/92, acrescidos de gratificação de representação, regulamentada pelo Decreto nº 4.640/89; 02 (dois) quinquênios, de acordo com a Lei 6.174/70, em seu artigo 170, parágrafo único; cem por cento (100%) de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o artigo 1º da Lei n 6.894/76, com nova redação dada pelo artigo 6º da Lei Complementar n º 21/84 e conforme o disposto no

Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de folhas 34, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

(Prot. nº 10.540/98)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.03.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 47/2000

colocar a disposição do governo do Estado, a servidora deste Poder Legislativo, IDILIA DÉBORA GINESTE, para prestar serviço junto a Secretaria de Estado da Educação, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 2044/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.03.2000.

PORTARIA Nº 48/2000

conceder, licença para tratamento de saúde a servidora deste Poder Legislativo, MARCIA BORIO WOJTUNIK, de (45) quarenta e cinco dias, a partir de 25 de fevereiro de 2000. (CID.M65.4.)

(Prot. nº 1613/2000)

PORTARIA Nº 49/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, do servidor deste Poder Legislativo, ACIOLY BATISTA, de (45) quarenta e cinco dias, a partir de 17 de março de 2000. (CID.B.17.1/K.70.1.)

(Prot. nº 2042/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.03.2000.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral